



Número: **0800900-06.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **14/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 18.900,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RUTH DE MORAES BARROS (AUTOR)		VALTER LUCIO LELIS FONSECA (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18621651	14/01/2019 10:40	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
18623139	14/01/2019 10:40	<a href="#">[RUTH DE MORAES] ação de cobrança - DPVAT {PORTO SEGURO}</a>	Documento de Comprovação
18623145	14/01/2019 10:40	<a href="#">1 Procuracao e declaracao</a>	Documento de Identificação
18623152	14/01/2019 10:40	<a href="#">2 Documentos pessoais e comp. de residencia</a>	Documento de Identificação
18623170	14/01/2019 10:40	<a href="#">3 Boletim de ocorrencia</a>	Documento de Comprovação
18623179	14/01/2019 10:40	<a href="#">4 Laudo e prontuario médico</a>	Documento de Comprovação
18623226	14/01/2019 10:40	<a href="#">5 Doc. complementar Fratura da Tíbia - RUTH</a>	Documento de Comprovação
18623233	14/01/2019 10:40	<a href="#">6 Doc. complementar anatomia do joelho - RUTH</a>	Documento de Comprovação
18623257	14/01/2019 10:40	<a href="#">7 Protocolo de processo administrativo Ruth</a>	Documento de Identificação
18623298	14/01/2019 10:40	<a href="#">8 INDEFERIMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO</a>	Documento de Identificação
18623348	14/01/2019 10:40	<a href="#">GuiaCustas</a>	Documento de Comprovação
18851329	30/01/2019 15:21	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB**

**RUTH DE MORAES BARROS**, brasileira, solteira, estudante, CPF nº 093.272.134-67, não possui endereço eletrônico, residente e domiciliado na Rua Amaro Bezerra, nº 100, Alto do Mateus, João Pessoa/PB, CEP: 58.090-839; através de seus advogados e procuradores infra assinados, constituídos nos termos dos instrumentos de mandado em anexo, com endereço profissional indicado no rodapé da presente, onde receberão as intimações e demais notificações de estilo, vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº. 6.194/74, art. 3º, “a”, ajuizar a presente

## **AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS PESSOAIS**



em face do **PORTO SEGURO SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº. 61.198.164/0001-60, com sede na Rua João Bernardo de Albuquerque, nº 62, Tambiá, João Pessoa - PB, CEP 58.020-565; pelos motivos fáticos que passam a expor e requerer o seguinte:

## **PRELIMINARMENTE:**

### **I – DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, requer o autor, nos termos da Lei nº 1.060/50, a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, uma vez que o mesmo, não possui, no momento, condições financeiras de suportar o pagamento dos emolumentos forenses, sem sacrificar suas despesas pessoais, bem como as de seus familiares.

E para tanto, junta o autor (*Doc. Anexo*), nos termos do art. 5º, LXXIV, de nossa Carta Magna, bem como do art. 1º, da Lei nº 7.115/83, declaração de pobreza, demonstrando a sua incapacidade financeira de arcar com o pagamento das custas processuais, a fim de que lhe seja concedido por Vossa Excelência os benefícios da justiça gratuita.

### **II – DOS FATOS**

A princípio, é de bom alvitre esclarecer que no dia 11/10/2017, por volta das 07h50m, à promovente conduzia uma motocicleta na Rua Alfredo Dias Pinto, Pista nova, no bairro Alto do Mateus, João Pessoa/PB, quando um carro não identificado freou bruscamente a sua frente e ao frear para não colidir na traseira do mesmo, perdeu o controle da direção caindo ao solo.

Em decorrência deste fato, a mesma veio a sofrer fratura da extremidade proximal da tíbia e traumatismos múltiplos, conforme documentações em anexo.

Deste modo, em virtude do acidente, a promovente foi encaminhada em caráter de urgência ao Hospital de Emergência e Trauma, onde fora submetida a exames e a diversos tratamentos, conforme documentos em anexo.



Destarte, após o ocorrido, a autora solicitou administrativamente a obtenção do seguro DPVAT, porem a indenização foi negada, mesmo fornecendo todos documentos solicitados, conforme se demonstra através do “Relatório de consulta de Sinistro - Brasil Reguladora”, conforme transcrição abaixo:

#### **SINISTRO 3180342815 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** RUTH DE MORAES BARROS

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** LIFE



ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA

**BENEFICIÁRIO** RUTH DE MORAES BARROS

**CPF/CNPJ:** 09327213467

**Posição em 28-11-2018 19:53:19**

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
09/08/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	
27/07/2018	Aviso de Sinistro	

Desta feita, ante a negativa administrativa, sob a falsa argumentação de ausência de seqüelas pela demandada, requer a condenação no seguro em questão.

Portanto, os danos sofridos pela autora, como se verifica nos laudos e prontuários médicos, demonstram que a demandante teve as seguintes seqüelas permanentes, conforme tabela abaixo:



DANOS CORPORAIS	LOCAL DO DANO	PERC. DE PERDA	QUANTIFICAÇÃO DO GRAU DE REPERCUSSÃO	VALOR
Fratura de espinha tibial posterior de tíbia direita	PERNA DIREITA	70%	100%	R\$ 9.450,00
Fratura da extremidade proximal da tíbia	JOELHO DIREITO	70%	100%	R\$ 9.450,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 18.900,00</b>

Sendo assim, em virtude do acidente, a promovente sofreu os seguintes danos corporais: **1) Local do dano – perna direita:** Com fratura de espinha tibial posterior de tíbia direita e edema de perna direita, com percentual de perda e quantificação do grau de repercussão em grau máximo e **2) Local do dano - joelho direito:** Com fratura da extremidade proximal da tíbia e edema de joelho direito, com percentual de perda e quantificação do grau de repercussão em grau máximo.

Neste sentido, requer o autor o pagamento integral dos danos sofridos no acidente a título de dano pessoal.

Sendo assim, após a produção de prova, que desde logo se requer, comprovará que a promovente, mesmo após todo tratamento, apresenta uma invalidez permanente, em decorrência do acidente, fazendo jus ao valor máximo.

### **III – DO SUBSTRATO JURÍDICO**

-

O seguro DPVAT criado pela Lei nº 6.194/74, dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga a pessoas transportadas ou não.



Considerando os dispositivos legais no tocante ao sinistro com o disposto na Lei nº. 6.194/74, com alterações nos arts. 3º e 5º da lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, o promovente, por ter sofrido danos corporais, conforme descrição no item II, faz jus ao benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT na ordem de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), *in verbis*:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, **deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo à indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.”(grifo nosso)*

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito. Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

**APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO OBRIGATÓRIO COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPL**



*EMENTARES (ART. 5º DA LEI N. 6.194/74). PROVADA A INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA, FAZ-SE DEVIDA A INDENIZAÇÃO POSTULADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNÂNIME.( APL 802754920098070001 DF 0080275-49.2009.807.0001, Rel. WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR. DJ: 28/03/2012).*

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Com isto, para fazer cumprir a Lei supra citada, a Promovente resolve ajuizar a competente ação, para que tudo seja esclarecido e resolvido em juízo, dentro da legislação pertinente ao caso em questão.

#### **IV – DAS PROVAS: DA PERÍCIA MÉDICA – DA APRESENTAÇÃO DOS QUESITOS**

**1 - Queira o I. Dr. Perito esclarecer se houve lesão à integridade física da vítima?**

Em caso afirmativo, queira esclarecer qual?



2 - Restou sequela da lesão ocorrida? Em caso afirmativo favor identificá-las?

3 - Das sequelas identificadas, quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros atingidos?

4 - Se tal sequela causou redução na capacidade laborativa da vítima?

5 - Se a lesão deixou sequelas estéticas, cicatrizes ou deformidades, quantificando os graus de cada uma?

6 - Se houve redução de capacidade de um dos membros inferiores e superiores, em caso afirmativo, quais são os riscos de sobrecarga do outro membro? Em caso afirmativo, há possibilidade de comprometimento da bacia, com consequências negativas na coluna vertebral e estrutura do esqueleto, e lesões como, hérnia de disco, inflamação do nervo ciático, e/ou outros?

7 - Queira o Dr. Perito esclarecer se houve incapacidade laborativa, e tudo o mais que achar necessário?

-

## **V – DA PROVA TESTEMUNHAL**

Não tem prova testemunhal a produzir em audiência, ante a vasta produção documental apresentada.

-

## **VI – DO PEDIDO**

**DIANTE DO EXPOSTO**, requer dignamente a Vossa Excelência:

a) Conceda os **benefícios da Justiça Gratuita** de que trata a Lei nº 1.060 de 1950, uma vez que a promovente não possui condições de arcar com as despesas deste processo sem prejuízo de sua manutenção e de sua família, como acima comprovado;

b) Determinar a **citação** do demandado para, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados;



c) Não tem o autor interesse pela realização de audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do art. 319, VII, do NCPC;

d) Produção de prova, através de **perícia médica** para constatar a invalidez em decorrência do acidente de trânsito, haja vista ter o autor ficado com sequelas, devendo ser apurado por perícia médica o grau, para checar o percentual a ser indenizado;

e) Requer, ademais, que Vossa Excelência, julgue **TOTALMENTE PROCEDENTE** o pedido do autor, para:

e.1) condenar o demandado no valor de **R\$ 9.450,00(nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, correspondente aos danos pessoais, na perna direita no percentual de perda de 70% (setenta por cento), com grau de repercussão 100% (cem por cento), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, em virtude da invalidez;

e.2) Condenar o demandado no valor de **R\$ 9.450,00(nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, correspondente aos danos pessoais, no joelho direito no percentual de perda de 70% (setenta por cento), com grau de repercussão 100% (cem por cento), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, em virtude da invalidez;

f) condene o demandado em custas processuais e honorários advocatícios à base de 20% sob o valor da condenação.

Por fim, pugna pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, mormente a tomada de depoimento pessoal do representante do promovido, juntada *a posteriori* de documento e todos os outros que se fizerem necessários ao deslinde desta demanda.

Dá-se à causa o valor de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).

Termos em que,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 14 de janeiro de 2019.



**Valter Lúcio Lelis Fonseca**  
OAB/PB 13.838





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB**

**RUTH DE MORAES BARROS**, brasileira, solteira, estudante, CPF nº 093.272.134-67, não possui endereço eletrônico, residente e domiciliado na Rua Amaro Bezerra, nº 100, Alto do Mateus, João Pessoa/PB, CEP: 58.090-839; através de seus advogados e procuradores infra assinados, constituídos nos termos dos instrumentos de mandado em anexo, com endereço profissional indicado no rodapé da presente, onde receberão as intimações e demais notificações de estilo, vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº. 6.194/74, art. 3º, “a”, ajuizar a presente

## **AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS PESSOAIS**

em face do **PORTO SEGURO SEGUROS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº. 61.198.164/0001-60, com sede na Rua João Bernardo de Albuquerque, nº 62, Tambiá, João Pessoa - PB, CEP 58.020-565; pelos motivos fáticos que passam a expor e requerer o seguinte:





**PRELIMINARMENTE:**

**I – DO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Inicialmente, requer o autor, nos termos da Lei nº 1.060/50, a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, uma vez que o mesmo, não possui, no momento, condições financeiras de suportar o pagamento dos emolumentos forenses, sem sacrificar suas despesas pessoais, bem como as de seus familiares.

E para tanto, junta o autor (*Doc. Anexo*), nos termos do art. 5º, LXXIV, de nossa Carta Magna, bem como do art. 1º, da Lei nº 7.115/83, declaração de pobreza, demonstrando a sua incapacidade financeira de arcar com o pagamento das custas processuais, a fim de que lhe seja concedido por Vossa Excelência os benefícios da justiça gratuita.

**II – DOS FATOS**

A princípio, é de bom alvitre esclarecer que no dia 11/10/2017, por volta das 07h50m, à promovente conduzia uma motocicleta na Rua Alfredo Dias Pinto, Pista nova, no bairro Alto do Mateus, João Pessoa/PB, quando um carro não identificado freou bruscamente a sua frente e ao frear para não colidir na traseira do mesmo, perdeu o controle da direção caindo ao solo.

Em decorrência deste fato, a mesma veio a sofrer fratura da extremidade proximal da tíbia e traumatismos múltiplos, conforme documentações em anexo.

Deste modo, em virtude do acidente, a promovente foi encaminhada em caráter de urgência ao Hospital de Emergência e Trauma, onde fora submetida a exames e a diversos tratamentos, conforme documentos em anexo.



Destarte, após o ocorrido, a autora solicitou administrativamente a obtenção do seguro DPVAT, porem a indenização foi negada, mesmo fornecendo todos documentos solicitados, conforme se demonstra através do “Relatório de consulta de Sinistro - Brasil Reguladora”, conforme transcrição abaixo:

#### **SINISTRO 3180342815 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** RUTH DE MORAES BARROS

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** LIFE

ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA



**BENEFICIÁRIO** RUTH DE MORAES BARROS

**CPF/CNPJ:** 09327213467

**Posição em 28-11-2018 19:53:19**

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.

##### Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
09/08/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	
27/07/2018	Aviso de Sinistro	

Desta feita, ante a negativa administrativa, sob a falsa argumentação de ausência de seqüelas pela demandada, requer a condenação no seguro em questão.

Portanto, os danos sofridos pela autora, como se verifica nos laudos e prontuários médicos, demonstram que a demandante teve as seguintes seqüelas permanentes, conforme tabela abaixo:



DANOS CORPORAIS	LOCAL DO DANO	PERC. DE PERDA	QUANTIFICAÇÃO DO GRAU DE REPERCUSSÃO	VALOR
Fratura de espinha tibial posterior de tibia direita	PERNA DIREITA	70%	100%	R\$ 9.450,00
Fratura da extremidade proximal da tibia	JOELHO DIREITO	70%	100%	R\$ 9.450,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 18.900,00</b>

Sendo assim, em virtude do acidente, a promovente sofreu os seguintes danos corporais: **1) Local do dano – perna direita:** Com fratura de espinha tibial posterior de tibia direita e edema de perna direita, com percentual de perda e quantificação do grau de repercussão em grau máximo e **2) Local do dano - joelho direito:** Com fratura da extremidade proximal da tibia e edema de joelho direito, com percentual de perda e quantificação do grau de repercussão em grau máximo.

Neste sentido, requer o autor o pagamento integral dos danos sofridos no acidente a título de dano pessoal.

Sendo assim, após a produção de prova, que desde logo se requer, comprovará que a promovente, mesmo após todo tratamento, apresenta uma invalidez permanente, em decorrência do acidente, fazendo jus ao valor máximo.

### **III – DO SUBSTRATO JURÍDICO**

O seguro DPVAT criado pela Lei nº 6.194/74, dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga a pessoas transportadas ou não.



Considerando os dispositivos legais no tocante ao sinistro com o disposto na Lei nº. 6.194/74, com alterações nos arts. 3º e 5º da lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, o promovente, por ter sofrido danos corporais, conforme descrição no item II, faz jus ao benefício do Seguro Obrigatório - DPVAT na ordem de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), *in verbis*:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, **deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

***I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa,** a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo à indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

***II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta,** será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.” (grifo nosso)*

Assim, resta claro que a requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito. Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:



*APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO OBRIGATÓRIO COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE E DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPL EMENTARES (ART. 5º DA LEI N. 6.194/74). PROVADA A INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA, FAZ-SE DEVIDA A INDENIZAÇÃO POSTULADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNÂNIME.( APL 802754920098070001 DF 0080275-49.2009.807.0001, Rel. WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR. DJ: 28/03/2012).*

É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

**EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA.** *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).*

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)



Com isto, para fazer cumprir a Lei supra citada, a Promovente resolve ajuizar a competente ação, para que tudo seja esclarecido e resolvido em juízo, dentro da legislação pertinente ao caso em questão.

#### **IV – DAS PROVAS: DA PERÍCIA MÉDICA – DA APRESENTAÇÃO DOS QUESITOS**

**1** - Queira o I. Dr. Perito esclarecer se houve lesão à integridade física da vítima? Em caso afirmativo, queira esclarecer qual?

**2** - Restou sequela da lesão ocorrida? Em caso afirmativo favor identificá-las?

**3** - Das sequelas identificadas, quais foram às consequências traumáticas e funcionais dos órgãos/membros atingidos?

**4** - Se tal sequela causou redução na capacidade laborativa da vítima?

**5** - Se a lesão deixou sequelas estéticas, cicatrizes ou deformidades, quantificando os graus de cada uma?

**6** - Se houve redução de capacidade de um dos membros inferiores e superiores, em caso afirmativo, quais são os riscos de sobrecarga do outro membro? Em caso afirmativo, há possibilidade de comprometimento da bacia, com consequências negativas na coluna vertebral e estrutura do esqueleto, e lesões como, hérnia de disco, inflamação do nervo ciático, e/ou outros?

**7** - Queira o Dr. Perito esclarecer se houve incapacidade laborativa, e tudo o mais que achar necessário?

#### **V – DA PROVA TESTEMUNHAL**

Não tem prova testemunhal a produzir em audiência, ante a vasta produção documental apresentada.

#### **VI – DO PEDIDO**





**DIANTE DO EXPOSTO**, requer dignamente a Vossa Excelência:

a) Conceda os **benefícios da Justiça Gratuita** de que trata a Lei nº 1.060 de 1950, uma vez que a promovente não possui condições de arcar com as despesas deste processo sem prejuízo de sua manutenção e de sua família, como acima comprovado;

b) Determinar a **citação** do demandado para, querendo, apresentar defesa no prazo legal, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados;

c) **Não** tem o autor interesse pela realização de audiência de conciliação ou de mediação, nos termos do art. 319, VII, do NCPC;

d) Produção de prova, através de **perícia médica** para constatar a invalidez em decorrência do acidente de trânsito, haja vista ter o autor ficado com sequelas, devendo ser apurado por perícia médica o grau, para checar o percentual a ser indenizado;

e) Requer, ademais, que Vossa Excelência, julgue **TOTALMENTE PROCEDENTE** o pedido do autor, para:

**e.1)** condenar o demandado no valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, correspondente aos danos pessoais, na perna direita no percentual de perda de 70% (setenta por cento), com grau de repercussão 100% (cem por cento), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, em virtude da invalidez;

**e.2)** Condenar o demandado no valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, correspondente aos danos pessoais, no joelho direito no percentual de perda de 70% (setenta por cento), com grau de repercussão 100% (cem por cento), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, em virtude da invalidez;

**f)** condene o demandado em custas processuais e honorários advocatícios à base de 20% sob o valor da condenação.





Por fim, pugna pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos, mormente a tomada de depoimento pessoal do representante do promovido, juntada *a posteriori* de documento e todos os outros que se fizerem necessários ao deslinde desta demanda.

Dá-se à causa o valor de R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).

Termos em que,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 08 de janeiro de 2019.

**Valter Lúcio Lelis Fonseca**  
OAB/PB 13.838



## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

**OUTORGANTE:** RUTH DE MORAIS BARROS, brasileira, solteira, estudante, RG nº 3.551.925 - SSDS/PB, CPF nº 093.272.134-67, residente e domiciliado na Rua Amaro Bezerra, nº 100, Alto do Mateus, João Pessoa/PB, CEP 58.090-839.

**OUTORGADO:** VALTER LÚCIO LELIS FONSECA, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB nº 15.858, e-mail: [valterlelis@gmail.com](mailto:valterlelis@gmail.com), com endereço profissional na Av. Juarez Távora, nº 522, sala 410, Ed. Maximum, Torre, João Pessoa/PB, CEP 58.040-020.


**CLÁUSULA 1ª** - Por este instrumento particular de procuração, constituo meu bastante procurador o outorgado nos termos do artigo 102 do CPC/2015.

**CLÁUSULA 2ª** - A quem outorga poderes amplos e irrestritos constantes na cláusula "*ad judicium et extra*", podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato em todas os atos do processo até a última instância, na qualidade de autor, réu, oponente, assistente, litisconsorte, interveniente ou de qualquer outra maneira interessado, podendo usar todos os meios e recursos necessários para o andamento deste patrocínio, visando ao justo e fiel cumprimento deste mandato, em especial o ajuizamento e acompanhamento processual.

**CLÁUSULA 3ª** - "*Dos poderes especiais*", ratifica o outorgante que o outorgado é procurador do presente mandato, os poderes para: receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber alvará, dar quitação, representa-lo em audiência, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica.

**CLÁUSULA 4ª** - Outorgante se declara **hipossuficiente economicamente**, sem condições econômicas de estar demandando a presente ação em juízo em detrimento de sua subsistência, assim como o de sua família. Portando o Outorgante se declara hipossuficiente econômico para demandar neste duto juízo nos termos do artigo 105 caput do CPC/2015 e do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República de 1988.

João Pessoa/PB, 23 de março de 2018.

  
-Outorgante-



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **RUTH DE MORAIS BARROS**, brasileira, solteira, estudante, RG nº 3.551.925 - SSDS/PB, CPF nº 093.272.134-67, residente e domiciliado na Rua Amaro Bezerra, nº 100, Alto do Mateus, João Pessoa/PB, CEP 58.090-839, declaro, para os fins de obtenção de assistência judiciária gratuita, e sob as penas da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, que não tenho condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo de meu sustento e da minha família.

João Pessoa - PB, 23 de março de 2018.







VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3551925 DATA DE EXPEDIÇÃO 14 JUN 2007

NOME RUTH DE MORAES BARROS  
Francisco Barros Silva

FIGURAÇÃO Sônia Moraes Barros

João Pessoa-PB NATURALIDADE 09.03.1993 DATA DE NASCIMENTO

Cert. Nasc. 18.267, Fls. 186, Liv. A-17,  
Cart. de Tambaú-J. Pessoa PB

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

15/11/2016 DE 29/08/83





SQ: 768.539.311

10/01/2018

292434

DESTINATÁRIO



CTC RECIFE PE PL6  
RUTH DE MORAES BARROS  
R AMARO BEZERRA 100 QD255 LT100  
AT DO MATEUS  
58090-829 JOAO PESSOA PB



7213099539591080000029243430100118



2018010876853931101

PARA USO DO CORREIO

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Não procurado
<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro/síndico
<input type="checkbox"/> Recusado	

Reintegrado ao serviço postal em

Visto do Responsável

REMETENTE - DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO



SSA  
AV. DOUTOR HEITOR JOSÉ REALI, 360  
13571-385 SÃO CARLOS - SP



292434



Assinado eletronicamente por: VALTER LUCIO LELIS FONSECA - 14/01/2019 10:29:17

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011410212193000000018122638>

Número do documento: 19011410212193000000018122638



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 00577.01.2018.1.00.420**



CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00577.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:24 horas do dia 23 de março de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Ruth de Moraes Barros**, CPF nº 093.272.134-67, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Estudante, filho(a) de Sonia Moraes Barros e Francisco Barros Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 09/03/1993 (25 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Amaro Bezerra, Nº 100, bairro Alto do Mateus, tendo como ponto de referência Borracharia de Seu Antônio, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98737-7432.

**Dados do(s) Fatos:**


Local: Rua Alfredo Dias Pinto, Pista Nova, João Pessoa/PB, bairro Alto do Mateus; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 11/10/17 07:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.


**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Que conduzia a MOTOCICLETA HONDA/NXR160 BROS ESDD, PRETA, 2015/2015, PLACA QFJ4478/PB, CHASSI 9C2KD0810FR474340, registrada em nome de ANDERSON DAS NEVES DA SILVA, quando um CARRO NÃO IDENTIFICADO freou bruscamente à sua frente e ao frear para não colidir na traseira do mesmo a noticiante perdeu o controle caindo ao solo e lesionando-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. GLENDER TERCIO G. G. DA TRINDADE, CRM 3920, DATADO DE 26.02.2018, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido(a) em veículo particular; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 23 de março de 2018.

  
FABIANA DE LIMA BEZERRA  
Agente de Investigação

  
RUTH DE MORAES BARROS  
Noticiante



Procedimento Policial: 00577.01.2018.1.00.420





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

## LAUDO MÉDICO

**OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1033592**

**PACIENTE: RUTH DE MORAES BARROS**

**DATA DE NASCIMENTO: 09.03.93**

**Data e Hora do Atendimento: 11.10.17**

**Horário: 9:02h**

**MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO:** Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta com dor na região do joelho direito e halux direito. Atendido pelo Dr. Matheus Enomoto CRM 10.204, Dra. Leticia Benjamin CRM 9237.

**DIAGNÓSTICO INICIAL: TRAUMATISMO MÚLTIPLO NÃO ESPECIFICADO**

**CID 10 T 07**

**RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):**

Primeiro atendimento, avaliação da traumatologia, avaliação da cirurgia geral, Tomografia computadorizada do joelho direito, Rx do pé direito AP e Obliquo, Rx do ombro direito AP e Perfil, Rx da articulação tíbio-Tarsila AP e Perfil e tratamento clínico conservador.

**ALTA HOSPITALAR: 11.10.17**

**Data da Emissão: 26.02.18**

DR. GLENDER TERCIO TRINDADE  
AUDITOR CVB/HETSHL  
CRM - 3920

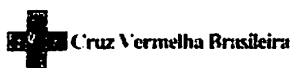
Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade  
Médico Auditor - HETSHL  
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920



**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar  
Para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO  
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



11/10/2017



Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1033592



Identificação do paciente				
ID 1218907	Nome RUTH DE MORAES BARROS		Sexo Feminino	
Data de nascimento 09/03/1993	Idade 24 anos 7 meses 2 dias	Estado civil	Religião	Prontuário
Mãe SONIA MORAES BARROS	Pai FRANCISCO BARROS SILVA			
Escolaridade	Responsável (Parentesco) SONIA MORAES - MAE			
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987232777	DDD Fixo	Fone Fixo	
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3551925	Nº Cns 165340578840004		
Local de procedência ALTO DO MATEUS		Tipo BAIRRO	UF PB	
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R		
Endereço				
CEP 58090839	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro AMARO BEZERRA (LOT FAZ PARAÍSO)	
Número 100	Complemento		Bairro ALTO DO MATEUS	
Admissão				
Data e Hora 11/10/2017 09:02:36	Número da pulseira 1000006022920		Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica			
Classificação de risco		Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO		
Indicadores e Transporte				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não	
Meio de transporte CARRO PARTICULAR		Quem transportou		
Sinais Vitais				
PA _____ X _____ mmHg		Pulso	Temperatura	
Exames complementares				
Raio X [ ]	Sangue [ ]	Urina [ ]	TC [ ]	Liquor [ ] ECG [ ] Ultrasonografia [ ]
Dados clínicos				
Diagnóstico				CID
Atendido por SANDRA CAROLINA GOMES RIBEIRO				Tempo 01min 03seg

Imprimir

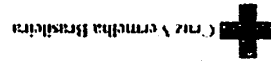
72.16.0.6:8080/cvb/pages/boletimEmergencia.do?perform=imprimir&id=1033592

1/1





Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



AV. ORESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

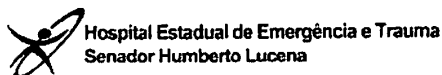
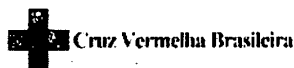
Boletim de Atendimento: 1033592



Identificação do paciente	
ID	1218907
Nome	RUTH DE MORAIS BARROS
Data de nascimento	09/03/1993
Idade	24 anos 7 meses 2 dias
Estado civil	Religioso
Sexo	Feminino
Mãe	
SONIA MORAES BARROS	
Pai	
FRANCISCO BARROS SILVA	
Responsável (Parentesco)	
SONIA MORAES - MAE	
DDD Móvel	987232777
Fone Móvel	
DDD Fixo	
Fone Fixo	
RG (IDENTIDADE)	3561925
Nº documento	16340578840004
Local de procedência	BAIRO
UF	PB
Endereço	
CEP	58090839
Município de residência	JOAO PESSOA
UF	PB
Logradouro	AMARO BEZERRA (LOT FAZ PARAISO)
Bairro	ALTO DO MATEUS
Admissão	
Data e Hora	11/10/2017 09:02:36
Número da pulseira	1000006022920
Convenção	SUS
Especialidade	Clinica
Classificação de risco	
Caráter de atendimento	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
Motivo do atendimento	VEICULO X MOTO
Delatante do acidente	
RUA	
Origem do paciente	
Indicadores e Transporte	
Caso policial	Não
Plano de saúde	Não
Veio de ambulância	Trama
Quem transportou	
Meio de transporte	CARRO PARTICULAR
Sinais Vitais	
PA	X
mmHg	
Pulso	
Temperatura	
Exames complementares	
Raio X []	Sangue []
Urina []	TC []
Liquor []	ECG []
Ultrasonografia []	
Dados clínicos	
Diagnóstico	
CID	
Tempo	01 min 03 seg
Atendido por	
SANDRA CAROLINA GOMES RIBEIRO	



Imprimir



**HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H LUCENA**  
Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090  
Tel: 32165700  
CNES:

Paciente <b>RUTH DE MORAES BARROS</b>	BAE 1033592	Data/Hora Entrada 11/10/2017 09:02:36	Data Baixa
Data de nascimento 09/03/1993	Idade 24	Sexo Feminino	CNS 165340578840004
Mãe <b>SONIA MORAES BARROS</b>	Telefone de Contato (83) 987232777		Prontuário
Endereço <b>AMARO BEZERRA (LOT FAZ PARAÍSO), 100</b>	Bairro <b>ALTO DO MATEUS</b>	Município <b>JOAO PESSOA</b>	UF <b>PB</b>
Acidente <b>VEICULO X MOTO</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>MATHEUS MARINHO ENOMOTO</b>	Nº Cons. Regional 10204/PB
Data/Hora Classificação 11/10/2017 09:06:22	Data/Hora Prescrição 11/10/2017 10:16:30		
Convênio SUS	Nº Matrícula	Senha	

### Anamnese

#ORTOPEDIA

#PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO A CERCA DE 2 HORAS, COM DOR NA REGIAO DE JOELHO DIREITO E HALUX DIREITO DESDE ENTAO. EXAME NEUROVASCULAR: NORMAL

#RX: FRATURA COM DESVIO MINIMO DE ESPINHA TIBIAL POSTERIOR?????  
- NÃO HÁ RADIOGRAFIAS DO ANTE-PE

CD: -SOLICITO TC DE JOELHO DIREITO  
-SOLITICO RX DE PE DIREITO

### MEDICAÇÃO

DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML INJETÁVEL(AMPOLA), ADMINISTRAR 3,0 ML VIA INTRAMUSCULAR, AGORA

SORO ANTITETANICO 5.000UI (AMPOLA), ADMINISTRAR 5000,0 ML VIA INTRAMUSCULAR, AGORA, 0.0 (MGTSM)

### EXAME DE IMAGEM

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO JOELHO DIREITO, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: INCLUIR CORTES AXIAL, SAGITAL E CORONAL)

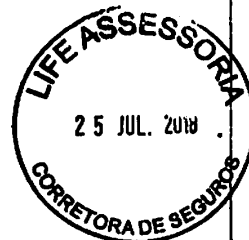
RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE DIREITO

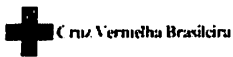
### Conduta

Em observação

MATHEUS MARINHO ENOMOTO  
(10204/PB)

RUTH DE MORAES BARROS





Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H LUCENA  
Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090  
Tel: 32165700  
CNES:

Paciente <b>RUTH DE MORAIS BARROS</b>	BAE 1033592	Data/Hora Entrada 11/10/2017 09:02:36	Data Baixa
Data de nascimento 09/03/1993	Idade 24	Sexo Feminino	CNS 165340578840004
Mãe <b>SONIA MORAES BARROS</b>			Telefone de Contato (83) 987232777
Endereço <b>AMARO BEZERRA (LOT FAZ PARAÍSO), 100</b>	Bairro <b>ALTO DO MATEUS</b>	Município <b>JOAO PESSOA</b>	Prontuário
Acidente <b>VEICULO X MOTO</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>LETICIA AIRES BENJAMIN</b>	UF PB
Data/Hora Classificação 11/10/2017 09:06:22		Data/Hora Prescrição 11/10/2017 09:12:46	Nº Cons. Regional 9237/PB
Convênio SUS	Nº Matrícula		Senha

### Anamnese

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO HA 30 MINUTOS. ESTAVA DE CAPACETE. NEGA PERDA DE VOMITO E PERDA DE CONSCIENCIA  
ABDOMEN E TORAX NDN  
ECG 15  
CD: ALTA DA C GERAL

### MEDICAÇÃO

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., AGORA, (OBSERVAÇÕES: AD)

### CUIDADOS

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

### EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: DIREITO)

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO DIREITO(TRES POSICOES)

RADIOGRAFIA DE JOELHO DIREITO (AP + LATERAL)

### CID10

Código	Descrição
T07	Traumatismos múltiplos não especificados

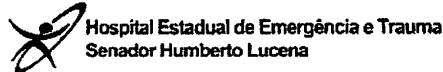
### Conduta

Em observação

\_\_\_\_\_  
LETICIA AIRES BENJAMIN  
(9237/PB)

\_\_\_\_\_  
RUTH DE MORAIS BARROS





**HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGENCIA E TRAUMA SENADOR H LUCENA**  
 Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090  
 Tel: 32165700  
 CNES:

Paciente <b>RUTH DE MORAES BARROS</b>		BAE <b>1033592</b>	Data/Hora Entrada <b>11/10/2017 09:02:36</b>	Data Baixa <b>2017-10-11 11:17:41.0</b>
Data de nascimento <b>09/03/1993</b>	Idade <b>24</b>	Sexo <b>Feminino</b>	CNS <b>165340578840004</b>	Telefone de Contato <b>(83) 987232777</b>
Mãe <b>SONIA MORAES BARROS</b>				Prontuário
Endereço <b>AMARO BEZERRA (LOT FAZ PARAÍSO), 100</b>		Bairro <b>ALTO DO MATEUS</b>	Município <b>JOAO PESSOA</b>	UF <b>PB</b>
Acidente <b>VEICULO X MOTO</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>MATHEUS MARINHO ENOMOTO</b>	Nº Cons. Regional <b>10204/PB</b>	
Data/Hora Classificação <b>11/10/2017 09:06:22</b>			Data/Hora Prescrição <b>11/10/2017 11:17:42</b>	
Convênio <b>SUS</b>		Nº Matrícula	Senha	

## Anamnese

#ORTOPEDIA

#PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO, COM DOR NA REGIAO DE JOELHO DIREITO E HALUX DIREITO DESDE ENTÃO. EXAME NEUROVASCULAR: NORMAL

#RX + TC: FRATURA SEM DESVIO DE ESPINHA TIBIAL POSTERIOR? ✓  
 -DEBATIDO COM SETOR DE RADIOLOGIA - ORIENTADO A REPETIR EXAMES EM 10-15 DIAS PARA OBSERVAR EVOLUÇÃO DO TRAÇO DE FRATURA/ARTEFATO

#RX DE PE: SEM SINAIS DE FRATURA

- CD: ANALGESIA
- IMOBILIZAÇÃO - TALA IGUINO-PODALICA
- ORIENTADA A NÃO PISAR;
- AO HTOP (AMBULATORIO) - PARA REAVALIAÇÃO DO TRAÇO DE FRATURA/ARTEFATO;
- CURATIVO
- ALTA DA ORTOPEDIA

## CUIDADOS

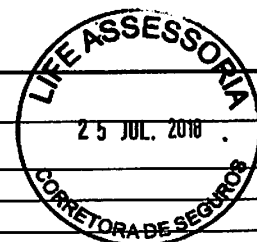
CURATIVO

## PROCEDIMENTO

TALA INGUINO PODÁLICO

## CID10

Código	Descrição
S82.1	Fratura da extremidade proximal da tibia



## Conduta

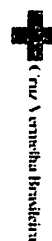
Alta médica

## Alta Hospitalar

Idário

Data e Hora

172.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=121992&pesquisa=Sperform=impr... 1/2



Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - JOAO PESSOA - PB - 58031090

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	RUTH DE MORAES BARROS		Data de	09/03/1993	Idade	24	Sexo	FEMININO	Nº	1033592	Nº		Data Prescrição	11/10/2017 10:16:30
Motivo do Atendimento	ACIDENTE DE MOTOCICLETA		Sector		Posio de Trabalho		Leito		Prescrição válida a		11/10/2017 10:16:30			

MEDICAMENTOS PRESCRITOS

Nome do medicamento	Dose	U.M.	VL	Via de	Veloc. Inf.	Posologia	Orientação de Uso	Apazamento
1 DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML (INJETÁVEL(AMPOLA))	3.0	ML		INTRAMUSCUL AR		AGORA		
2 SORO ANTITETANICO 5.000UI (AMPOLA)	5000.0	ML		INTRAMUSCUL AR		AGORA		

MATHEUS MARINHO ENOMOTO

CRM: 10204

Assinatura e Carimbo do Profissional





Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - JOAO PESSOA - PB - 58031090

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	RUTH DE MORAIS BARROS		Data de	09/03/1993	Idade	24	Sexo	FEMININO	Nº	1033592	Nº		Data Prescrição	11/10/2017 09:12:46
Motivo do Atendimento	ACIDENTE DE MOTOCICLETA		Sector		Posto de Trabalho		Leito		Prescrição válida a		11/10/2017 09:12:46			

MEDICAMENTOS PRESCRITOS

Nome do medicamento	Dose	U.M.	VL	Via de	Veloc. Inf.	Posologia	Orientação de Uso	Apazamento
1 DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	2.0	ML		E.V.		AGORA	Observação: AD	
2 PARECER ORTO	0.0							

11 de Outubro de 2017

LETICIA AIRES BENJAMIN  
CRM: 9237

Assinatura e Carimbo do Profissional





Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - JOAO PESSOA - PB - 58031090

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	RUTH DE MORAES BARROS		Data de	09/03/1993	Idade	24	Sexo	FEMININO	Nº	1033592	Nº		Data Prescrição	11/10/2017 11:17:42
Motivo do Atendimento	ACIDENTE DE MOTOCICLETA		Sector		Posto de Trabalho		Leito		Prescrição válida a	11/10/2017 11:17:42				

MEDICAMENTOS PRESCRITOS

Nome do medicamento	Dose	U.M.	VL	Via de	Veloc. Inf.	Posologia	Orientação de Uso	Aprovaçao
1 CURATIVO	0.0							

MATHEUS MARINHO ENOMOTO

CRM: 10204

Assinatura e Carimbo do Profissional

Dr. Matheus Marinho Enomoto

11 de Outubro de 2017





**Hospital Estadual de  
Emergência e Trauma**  
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 000000839209

Idade: 24 anos

Paciente: RUTH DE MORAES BARROS

Data: 11/10/2017

## **TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO JOELHO DIREITO**

### **Técnica:**

Aquisição volumétrica com reconstrução multiplanar, sem a injeção de contraste iodado endovenoso.

### **Análise:**

Discretas calcificações periarticulares.

Densidade óssea normal.

As estruturas ósseas analisadas apresentam morfologia normal.

Espaços articulares conservados.

Não há aumento significativo do líquido intra-articular no joelho.

Grupamentos musculares com morfologia e coeficientes de atenuação preservados.

*O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.*



*Este laudo foi liberado em 11/10/2017 10:51.*

**Dr. Tiago Nepomuceno**  
**CRM 6723 - PB**



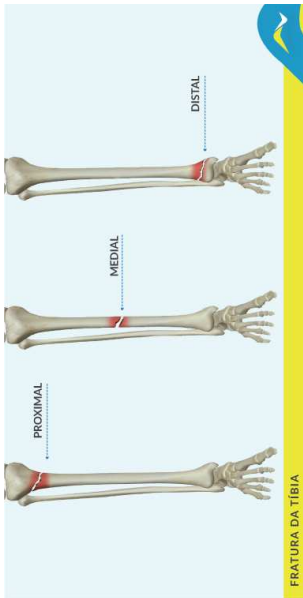
Assinado eletronicamente por: VALTER LUCIO LELIS FONSECA - 14/01/2019 10:29:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011410224494700000018122662>

Número do documento: 19011410224494700000018122662



▶ Artrose
▶ Bursite nos Pés
▶ Canelite
▶ Distensão da Musculatura da Panturrilha
▶ Doença de Sever
▶ Entorse do Tornozelo
▶ Fratura da Fíbula
▶ <a href="#">Fratura da Tibia</a>
▶ Fratura do Calcâneo
▶ Fratura do Tornozelo
▶ Insuficiência Venosa
▶ Lesão Ligamentar do Tornozelo
▶ Síndrome de Haglund
▶ Síndrome do Túnel do Tarso
▶ Sinovite do Tornozelo
▶ Tendinite do Tendão de Aquiles
▶ Tendinite do Tibial Anterior
▶ Tendinite do Tibial Posterior
▶ Tenossinovite dos Fibulares



FRATURA DA TÍBIA

A **Fratura da Tibia** é a ruptura do osso da perna que se articula com o pé e com o tornozelo. O diagnóstico é realizado através da história clínica e pelos sintomas apresentados pelo paciente, em conjunto com exames complementares de raios x e ressonância magnética.

A Fratura da Tibia pode acometer o osso em três segmentos:

- **Proximal:** região do platô tibial (próximo ao joelho).
- **Medial:** região da perna.
- **Distal:** região do maléolo da tibia (próximo à região do tornozelo).

Causas

- Atividades esportivas que provocam força de impacto na região anterior da perna;
- Trauma direto;
- Acidentes automobilísticos.

Sintomas


- Dor;
- Edema;
- Deformidade;
- Instabilidade na perna;
- Perda da sensibilidade;
- Proeminência óssea sobre a pele;
- Dificuldade ao caminhar e de suportar o peso corporal.

Tratamento


- Uso de analgésicos e anti-inflamatórios;
- Repouso;
- Compressas de gelo;
- Uso de **órteses** para imobilizar a região afetada;
- Uso de muletas;
- Tratamento fisioterápico;
- Em casos mais graves a cirurgia é indicada.







**CONHEÇA**  
NOSSOS VÍDEOS ILUSTRATIVOS  
DAS MUSCULATURAS



**CONFIRA**  
ALGUNS DE NOSSOS VÍDEOS  
QUE PODERÃO TE AJUDAR!

> HOME

> ANDRÉ VIDAL

> CONSULTÓRIO

> ÁREAS DE ATUAÇÃO


> PATOLOGIAS

> EXERCÍCIOS

> BLOG

> LOJA

> CONTATO



Fratura do Fêmur: ....

Exercícios regulares, exposição ao sol por, ao menos, 15 minutos diários (antes das 10h...

André Vidal





set 06 2018

0

CONTATO

Rua Visconde de Pirajá, 414 - Sala 1020  
Edifício Quartier – Ipanema / RJ

Email : contato@vidalsaude.com.br



Copyright 2014-2016 © Vidal. Desenvolvido por On Marketing Digital.

http://www.vidalsaude.com.br/patologias/tornozelo/fratura-da-tibia/

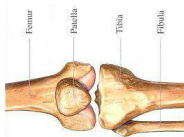
22

Assinado eletronicamente por: VALTER LUCIO LELIS FONSECA - 14/01/2019 10:29:22  
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19011410240795300000018122705  
Número do documento: 19011410240795300000018122705

Num. 18623226 - Pág. 2

## Anatomia do joelho

O joelho é formado pelo encontro de três ossos: o fêmur (femur), tibia (tíbia) e patela (rótula). Os ossos são ligados a outros ossos por ligamentos que estabilizam a articulação, auxiliados pelos meniscos, que estabilizam o joelho, amortecendo o impacto sobre as cartilagens.



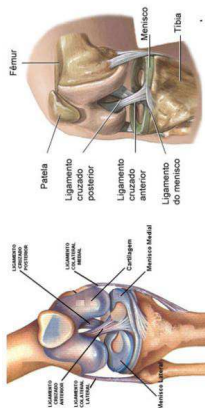
Existem quatro ligamentos principais em seu joelho que agem como cordas fortes para manter os ossos juntos e manter o joelho estável.

### - Ligamentos colaterais

Encontrados nas laterais do joelho. O ligamento colateral medial localiza-se no lado de dentro e o ligamento colateral lateral está no lado de fora. São responsáveis pela estabilidade medial e lateral do joelho.

### - Ligamentos cruzados

Encontrados dentro da articulação do joelho. Os ligamentos cruzados controlam o movimento de vaivém de seu joelho no sentido anterior e posterior e também rotacional. O ligamento cruzado anterior corre diagonalmente no meio do joelho, impede que a tibia deslize para frente do fêmur, bem como fornece estabilidade rotacional para o joelho.



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0272290/18  
Vítima: RUTH DE MORAES BARROS  
CPF: 093.272.134-67

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 11/10/2017  
Titular do CPF: RUTH DE MORAES BARROS

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Declaração do Proprietário do Veículo  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

**RUTH DE MORAES BARROS : 093.272.134-67**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

#### ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.
- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 25/07/2018  
Nome: RUTH DE MORAES BARROS  
CPF/CNPJ: 093.272.134-67

RUTH DE MORAES BARROS

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 25/07/2018  
Nome: SIDNEI ANTUNES DE OLIVEIRA  
CPF: 614.058.096-04

SIDNEI ANTUNES DE OLIVEIRA





Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: RUTH DE MORAES BARROS

Nº Sinistro: 3180342815  
Vitima: RUTH DE MORAES BARROS  
Data do Acidente: 11/10/2017  
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número 3180342815), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em 11/10/2017. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br) ou ligue através do telefone 0800 022 12 04 (ligação gratuita) ou 0800 022 12 06 que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pág. 00829/00826 - carta\_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13208206

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.7.19.00567/01
			<b>Data de emissão:</b> 14/01/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/01/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.600567 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 283,50 - Despesas processuais postais: R\$ 18,16 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.291,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866600000123 912109283180 520190131208 071900567018 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.291,21

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.7.19.00567/01
			<b>Data de emissão:</b> 14/01/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/01/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.600567 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 283,50 - Despesas processuais postais: R\$ 18,16 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.291,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866600000123 912109283180 520190131208 071900567018 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.291,21

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.7.19.00567/01
			<b>Data de emissão:</b> 14/01/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/01/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.600567 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 49,41
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 988,20 - Taxa Judiciária: R\$ 283,50 - Despesas processuais postais: R\$ 18,16 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.291,21
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866600000123 912109283180 520190131208 071900567018 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.291,21





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 200.2019.600567

**Data Vencimento:** 31/01/2019

**Data Emissão:** 14/01/2019

**Comarca:** Joao Pessoa

**Classe:** PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7

**Promovente:** RUTH DE MORAES BARROS

**Promovido:** PORTO SEGURO SEGUROS S/A

**Valor da Causa:** R\$ 18.900,00

**Despesas Processuais:** R\$ 18,16

**Custas:** R\$ 988,20

**Taxa:** R\$ 283,50

**Total da Guia:** R\$ 1.289,86

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800900-06.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

DEFIRO a gratuidade judiciária, conforme declaração específica no ID 18623145.

Deixo de designar audiência para tentativa de conciliação, já que em demandas idênticas as partes requeridas não demonstram ânimo em efetivar composição, sequer vislumbram a possibilidade. Tal atitude evita diligências dispendiosas e atraso no desfecho do processo.

Por tal razão, o feito seguirá o rito ordinário. Corrija-se.

Cite-se a parte adversa, para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia.

P.I.

JOÃO PESSOA, 28 de janeiro de 2019.

Juiz(a) de Direito

